



Estados poderão ter novas regras para incentivos fiscais

STF está prestes a decidir sobre súmula que anula benefícios já concedidos; senador quer projeto que regularize esses incentivos

Delcídio do Amaral, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, disse que apresentará um substitutivo a dois projetos para permitir que os incentivos fiscais que os estados concederam sem o aval do Confaz sejam regularizados. Os futuros incentivos, porém, dependeriam da aprovação unânime dos membros do conselho. Súmula do STF pode anular todos os incentivos já concedidos. **3**



Membros do Conselho Nacional de Política Fazendária participam de reunião: pela ideia de Delcídio, só os futuros incentivos deverão ter o aval unânime no Confaz

Mulher de Cachoeira e mais 3 pessoas depõem à CPI esta semana **4**

Audiência discute investimentos de operadoras de telefonia celular **4**

Senadores comemoram seis anos da Lei Maria da Penha **2**



Agência fechada por causa de greve: atualmente, só o serviço de compensação bancária é classificado de essencial

Texto torna essenciais os serviços bancários

Objetivo do projeto do senador Ciro Nogueira é impedir que a população

seja prejudicada quando bancários decidirem entrar em greve. **3**

Janine Ribeiro encerra amanhã debates do Fórum Senado Brasil **2**

Projeto autoriza criação de free shops em cidades de fronteira **3**

Centenário de Jorge Amado é lembrado em sessão solene **2**



Em debate, trânsito mais seguro para motociclistas

Em 13 de setembro, a Comissão de Assuntos Sociais realizará seminário que buscará meios

de reduzir os acidentes envolvendo motos no país. Entidades médicas foram convidadas. **4**

A comissão iniciou a discussão do problema em maio, quando especialistas apontaram "epidemia" de acidentes

Janine Ribeiro encerra Fórum Senado Brasil

Ciclo de palestras aborda temas ligados à democracia no Brasil; fala do professor da USP, amanhã, terá como tema "A palavra livre e infeliz"

DEPOIS DE UM mês de intervalo, o Fórum Senado Brasil 2012 — ciclo de debates sobre grandes temas da atualidade — retoma e encerra suas atividades amanhã, discutindo a liberdade de expressão.

O professor de política e estética da USP Renato Janine Ribeiro faz a última palestra, com o tema "A palavra livre e infeliz".

Iniciado em 20 de junho, o Fórum Senado Brasil 2012 recebeu renomados pensadores contemporâneos, brasileiros e franceses, que trataram da democracia em seus diferentes aspectos.



Público assiste à palestra do professor Francis Wolff, que abriu o fórum

Os conferencistas — acadêmicos das áreas de ciência política, filosofia e comunicação — falaram sobre questões como o apolitismo da sociedade, a democracia-espetáculo e o problema da representação política frente às novas tecnologias, e provocaram forte participação do público nas sessões de debates que se seguiram.

Nas dez conferências realizadas, o auditório do Interlegis esteve sempre lotado.

O sucesso do Fórum Senado Brasil 2012 levou o embaixador Jerônimo Moscardo, idealizador do ciclo de debates, a propor ao presidente do Senado, José Sarney, a criação de um calendário anual de eventos destinados à reflexão de assuntos relevantes para o país.

Sessão homenageia centenário de Jorge Amado

O Congresso homenageia hoje um dos mais prestigiados escritores brasileiros. A partir das 11h, por iniciativa dos senadores José Sarney (PMDB-AP) e Lídice da Mata (PSB-BA), o centenário de nascimento de Jorge Amado — autor, entre outras obras, de *Gabriela, cravo e canela* — será lembrado em sessão solene. Também assinaram o pedido de homenagem os outros dois senadores baianos, Walter Pinheiro (PT) e João Durval (PDT).

Jorge Amado é autor de

clássicos da literatura nacional, como *Dona Flor e seus dois maridos*, *Mar morto*, *Capitães da areia*, *A morte e a morte de Quincas Berro d'Água*, entre muitos outros. Nasceu em 10 de agosto de 1912, numa fazenda de cacau no município de Itabuna, sul da Bahia, e passou a infância em Ilhéus. Publicou seu primeiro romance, *O país do carnaval*, em 1931.

Além de ser o grande contador de histórias da Bahia, tendo sido eleito para a cadeira 23 da Academia Brasileira

de Letras (ABL), Jorge Amado teve destacada participação na vida política do país. Em 1935, formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro. Militante comunista, exilou-se na Argentina no início da década de 1940 e, ao regressar ao país, foi eleito deputado federal por São Paulo, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). É autor da lei que assegura a liberdade de culto religioso, ainda em vigor.

O escritor morreu em Salvador, em 6 de agosto de 2001.

Senado comemora 6 anos da Lei Maria da Penha

O Senado comemorará amanhã os seis anos da Lei Maria da Penha.

Às 14h, será realizada uma audiência pública sobre o tema na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Em seguida, às 16h, haverá a inauguração da exposição de fotos *Lei Maria da Penha:*

seis anos em defesa das mulheres, na Senado Galeria.

Segundo a relatora da CPI mista da Violência contra a Mulher, senadora Ana Rita (PT-ES), a Lei Maria da Penha ainda não está sendo aplicada em sua plenitude, e vários mecanismos de proteção às mulheres não foram suficientemente implantados

ainda nos estados, como as casas-abrigo e os centros de referência.

A Lei 11.340/06 é conhecida por Lei Maria da Penha em homenagem à farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, paraplégica em consequência de duas tentativas de homicídio praticadas contra ela por seu marido.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO: Jorge Amado

11h Sessão solene em homenagem ao centenário de nascimento de Jorge Amado. Às 14h, a sessão é não deliberativa.

PRESIDÊNCIA: Homenagem

11h O senador José Sarney preside sessão do Congresso para comemorar o centenário de nascimento de Jorge Amado.

CDH: Código de Processo Civil

9h Audiência pública sobre o projeto de novo Código de Processo Civil e sua relação com os direitos humanos. Logo depois, apreciação de requerimentos.

TERÇA

CAE: Remédios para aposentados

10h Análise do projeto que autoriza farmácias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados e do que autoriza *free shops* em cidades de fronteira.

CPI DO CACHOEIRA: Depoimentos

10h15 Depoimento de Andressa Mendonça, mulher de Cachoeira, e do policial federal aposentado Joaquim Thomé Neto.

CE: Quitação do Fies

11h Projeto garante desconto na quitação do saldo devedor do Fies aos estudantes que tenham quitado 75% da dívida sem atrasos nos pagamentos.

CMA: Sustentabilidade em obras

11h Projeto para que obras em área construída acima de 20 mil metros quadrados atendam a critérios de sustentabilidade ambiental e justiça social.

CDH: Lei Maria da Penha

14h Audiência sobre a Lei Maria da Penha. Às 16h, será inaugurada a exposição *Seis anos em defesa das mulheres*.

CÓDIGO PENAL: Comissão especial

18h30 Instalação da comissão especial destinada a examinar o anteprojeto do novo Código Penal. Em seguida, eleição do presidente e do vice-presidente do colegiado.

QUARTA

SUBCOMISSÃO DA ÁGUA: Programa

8h A subcomissão debate o Programa Cultivando Água Boa, sobre iniciativas de sustentabilidade socioambiental.

CMA/CCT: Telefonia móvel

9h Audiência sobre qualidade da telefonia móvel e as medidas adotadas pela Anatel. Entre os convidados, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

CI: Agência Nacional do Petróleo

9h Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura para examinar recondução de Magda Maria Chambriard ao cargo de diretora da Agência Nacional do Petróleo.

CAS: Vacina contra HPV

9h A Comissão de Assuntos Sociais vota projeto que trata da imunização de mulheres de 9 a 40 anos com a vacina contra HPV, na rede pública do SUS.

CCJ: Porte de arma

10h Entre os itens da pauta da Comissão de Constituição e Justiça, consta projeto que permite o porte de arma de fogo aos integrantes de carreira de institutos de criminalística, de identificação e de medicina legal. Outro projeto altera o Código de Trânsito Brasileiro.

CÓDIGO CIVIL: Seminário e exposição

10h O Senado e a Câmara dos Deputados comemoram os dez anos do Código Civil com a realização de seminário, exposição e lançamento de publicações.

CPI DO CACHOEIRA: Depoimentos

10h15 Andréa Aprígio, ex-mulher de Carlinhos Cachoeira, e o contador Rubmaier Ferreira de Carvalho prestam depoimento na CPI do Cachoeira.

AVIAÇÃO CIVIL: Tráfego aéreo

14h A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil debate a expansão do tráfego aéreo e a implantação do sistema CNS/ATM. Participa da audiência o tenente-brigadeiro do ar Aurélio Gonçalves.

CMMC: Cerrado

14h A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas realiza audiência pública para debater as ações relativas às mudanças do clima no bioma Cerrado.

QUINTA

CE: Educação e federalismo

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte promove ciclo de audiências públicas sobre educação e federalismo. "Educação básica: responsabilidade do governo federal?" é o primeiro tema.

CAS: Couvert artístico

11h Projeto que disciplina a cobrança de *couvert* artístico e altera a CLT para dispor sobre o trabalho de músico está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Direitos Humanos (CDH)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Delcídio propõe alternativa contra guerra fiscal

Senador apresentará texto que regulariza incentivos fiscais que estados concederam sem autorização do Confaz

PASSADO MAIS DE um ano, as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) contrárias a leis e decretos estaduais de incentivos tributários não colocaram fim à guerra fiscal.

Em busca de uma solução, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Delcídio do Amaral (PT-MS), negocia um projeto que reduz o impacto da guerra fiscal sobre os estados, estimado em R\$ 40 bilhões.

Delcídio disse que pretende evitar o desastre para as finanças de mais de 20 estados resultante dos efeitos de uma súmula vinculante que venha a declarar a inconstitucionalidade dessas normas.

A preocupação começou em abril, quando o ministro do STF Gilmar Mendes fez a proposta com o seguinte texto: “é inconstitucional qualquer isenção, incentivo, redução de alíquota, crédito presumido e dispensa de pagamento sem que haja prévia aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)”.

A proposta, chamada de PSV 69, chegou a ser publicada no



Reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária: incentivos fiscais dados pelos estados dependem do aval do Confaz

Diário de Justiça em abril, mas ainda não foi aprovada pelos ministros do STF.

Caso seja acolhida, a súmula obrigará toda a administração pública a suspender inclusive os incentivos já concedidos, independentemente de exame individualizado dos casos no Judiciário.

A preocupação dos estados é com o impacto nos investimentos já realizados e com um eventual desestímulo a novos empreendimentos.

Substitutivo

Delcídio anunciou sua intenção de apresentar, como relator, um substitutivo a dois projetos de lei em tramitação na CAE: o PLS 85/10, do então senador Marconi Perillo, e o

PLS 240/06, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

As duas propostas acabam com a exigência de unanimidade dos 27 secretários estaduais de Fazenda para decisões do Confaz sobre o ICMS. Bastaria o voto da maioria dos integrantes do conselho.

O substitutivo contempla as posições em conflito: primeiro, regularizaria os incentivos já concedidos à margem do Confaz; depois, manteria a exigência de unanimidade para as novas deliberações.

O terceiro ponto do projeto é a separação dos incentivos entre os que têm impacto nacional (que continuariam sujeitos à deliberação por unanimidade do Confaz) e aqueles sem impacto na relação entre

os estados (que precisariam apenas da autorização das assembleias legislativas).

Entendimento

Delcídio disse crer no sucesso dessa fórmula e afirmou que há sinal favorável da maioria dos secretários de Fazenda. De acordo com o senador, a gravidade da situação, diante da iminência da aprovação da súmula vinculante, impõe um acordo que salve os estados.

Foi exatamente essa preocupação, segundo Delcídio do Amaral, que o levou, em maio, a uma audiência com o presidente do STF, ministro Ayres Britto. O presidente da CAE estava acompanhado do presidente do Senado, José Sarney, e de mais cinco senadores — Antonio



Delcídio do Amaral, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Russo (PR-MS), Armando Monteiro (PTB-PE), Cyro Miranda (PSDB-GO), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Waldemir Moka (PMDB-MS). Na audiência, eles pediram tempo para votação de uma solução legislativa para o problema.

Delcídio disse que o secretário executivo do Ministério da Fazenda e presidente do Confaz, Nelson Barbosa, “faz o meio de campo com os secretários estaduais”.

Questionado sobre compensação cruzada — estados prejudicados por essa fórmula poderiam receber algum benefício em outras propostas de impacto federativo sob exame do Congresso —, Delcídio disse ser mais produtiva a discussão isolada do tema.

Projeto torna essenciais todos os serviços bancários

Serviços bancários de qualquer natureza, em especial o atendimento ao público, devem ser considerados essenciais, segundo o projeto de lei que receberá votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde aguarda parecer do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

A proposta, do senador Ciro Nogueira (PP-PI), modifica a lei que trata do direito de greve, define as atividades essenciais e regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade (Lei 7.783/89) para incluir todos os serviços bancários como essenciais.

Pela legislação em vigor, apenas a compensação está no rol das atividades essenciais.

O autor argumenta, ao justificar o projeto (PLS 127/12),



Para Ciro Nogueira, paralisações em bancos ameaçam a sociedade

que a Constituição prevê o direito de greve, mesmo em atividades consideradas essenciais. No entanto, as necessidades inadiáveis da sociedade devem ser atendidas, e a paralisação dos trabalhadores não pode colocar em perigo

a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

Na avaliação de Ciro Nogueira, é possível garantir o direito de greve e, ao mesmo tempo, o acesso da população aos serviços bancários. Ele ressaltou que, com a informatização, o serviço de compensação bancária reduziu muito o quadro de trabalhadores. Porém, outros serviços fundamentais para o cidadão não são considerados legalmente essenciais.

— Com intuito de atender às necessidades dos cidadãos, esse rol deve contemplar todos os serviços bancários, e não só a compensação bancária (como já previsto em lei). Todos são de utilidade pública, essenciais à própria vida e não podem ter interrupção — ressaltou o senador.

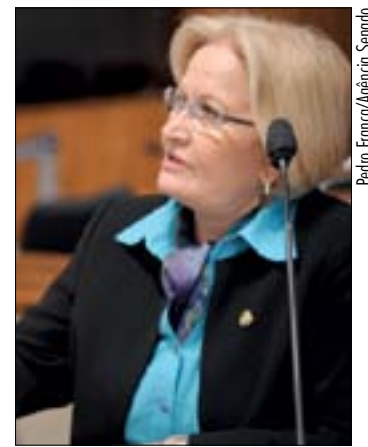
Proposta autoriza cidade de fronteira a ter free shop

Além de aeroportos internacionais, as cidades que fazem fronteira com outro país poderão ter lojas francas, os chamados *free shops*, onde poderão ser adquiridos produtos nacionais ou estrangeiros, em reais ou em outras moedas. A medida consta de um projeto de lei (PLC 11/12) que está na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para votação final.

A relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS), explica que o projeto visa beneficiar municípios gêmeos de cidades estrangeiras na fronteira. Estão nessa situação 28 cidades de Roraima, Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Para Ana Amélia, muitas cidades fronteiriças sofrem concorrência desleal por não contarem com as lojas francas, já existentes nas cidades dos países vizinhos.

— Há vários municípios do Rio Grande do Sul vizinhos de cidades uruguaias e argentinas que estão sofrendo uma competição comercial injusta



Ana Amélia: brasileiros compram em free shops de países vizinhos

e predatória. As cidades do outro lado da fronteira, que têm regimes tributários diferenciados e mais favoráveis, atraem brasileiros de toda a região, que deixam de comprar no Brasil — observou a senadora.

O projeto visa acabar com essa situação, segundo o autor do projeto, deputado Marco Maia (PT-RS). Ele propõe que, nas cidades fronteiriças, seja adotado o Regime Aduaneiro Especial de Exportação pelo Varejo Nacional, que prevê a restituição de impostos ao estrangeiro antes da volta a seu país.



Bancários fazem greve: projeto em tramitação no Senado classifica de essenciais todos os serviços prestados pelos bancos

CPI ouve mulher de Cachoeira e outros três ligados ao contraventor

Além de Andressa Mendonça, policial federal aposentado, ex-mulher e contador são aguardados esta semana

A CPI DO Cachoeira ouvirá esta semana quatro pessoas supostamente ligadas à organização criminosa investigada pela comissão. Entre elas, está Andressa Mendonça, mulher de Carlinhos Cachoeira. Ela foi a única dos quatro depoentes que ainda não impetrou *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir o direito ao silêncio na CPI.

O depoimento de Andressa está marcado para amanhã,



Andressa Mendonça em audiência da CPI, quando acompanhou o marido

às 10h15. O argumento para a convocação é de que ela “circulava entre figuras importantes, como políticos, empresários e jornalistas”, e teria conhecimento da rede de influência de Cachoeira.

Andressa também deve ser questionada sobre a acusação de chantagear o juiz Alderico Rocha Santos, da 11ª Vara Federal em Goiânia.

Amanhã também deve ser ouvido o policial federal

aposentado Joaquim Gomes Thomé Neto, apontado como um dos arapongas do grupo de Cachoeira. Thomé já tem decisão favorável ao pedido de *habeas corpus* impetrado no STF.

Outros dois depoentes que podem ficar calados porque já obtiveram decisões favoráveis do Supremo são a ex-mulher de Carlinhos Cachoeira, Andréa Aprígio, e o contador Rubmaier Ferreira de Carvalho, apontado como responsável pela abertura de empresas que seriam usadas como fachada por Cachoeira para lavar dinheiro. O depoimento deles está marcado para a quarta-feira.



Paulo Paim: relação do Código de Processo Civil com direitos humanos

Audiência pública discute projeto de novo Código de Processo Civil

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza hoje audiência pública sobre o novo Código de Processo Civil.

O texto aprovado pelo Senado em 2010 (PLS 166/10) está na Câmara dos Deputados (PL 8.046/10), onde passa pelo exame de uma comissão especial.

A audiência foi requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão, para instruir o projeto e discutir a relação do texto com os direitos humanos.

Entre os convidados, estão o deputado Paulo Teixeira (PT-SP), relator geral da comissão especial da Câmara, e Benedito Cerezzo Pereira Filho, integrante da comissão de juristas instalada no Senado para elaborar o anteprojeto do novo CPC.

Foram convidados ainda Ana Maria Amarante Brito, desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal; Sérgio Cruz Arenhart, procurador federal; Daniel Francisco Mitidiero, professor de Direito Processual Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Luiz Guilherme Marinoni, professor de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Ada Pellegrini Grinover, processualista; e Antônio Sérgio Escrivão Filho e Darci Frigo, ambos da ONG Terra de Direitos.

Comissão especial que vai analisar novo Código Penal faz 1ª reunião

A comissão especial interna destinada a examinar o projeto do novo Código Penal vai realizar sua primeira reunião amanhã. O texto tramita como PLS 236/12.

Além de a reunião formalizar a instalação da comissão, também vai permitir a eleição do presidente e do vice-presidente.

Em 17 de julho, o presidente do Senado, José Sarney, anunciou os senadores indicados pelos blocos partidários para compor a comissão especial.

O parecer da comissão será votado pelo Plenário do

Senado e, se aprovado, irá para a Câmara dos Deputados. O último passo é a sanção presidencial.

A proposta prevê mudanças

polêmicas, como a transformação da exploração dos jogos de azar em crime, a descriminalização do plantio e do porte de maconha para

consumo próprio, o maior rigor na punição a motoristas embriagados e a ampliação das possibilidades do aborto legal.

Além de várias inovações, o texto, preparado por uma comissão especial de juristas que trabalhou no primeiro semestre, consolida toda a legislação penal do país.

O relatório final foi entregue a Sarney em junho. A comissão foi presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp e teve como relator o procurador da República Luiz Carlos Gonçalves.



Gilson Dipp e Luiz Carlos Gonçalves, presidente e relator do grupo de juristas

Senado debate regras para cobrança de *couvert* artístico em restaurantes

Regras claras para a cobrança de *couvert* artístico são tema de audiência da Comissão de Assuntos Sociais nesta quinta-feira. As propostas constam de projeto (PLC 246/09) que receberá votação final na comissão e tem como relatora Marta Suplicy (PT-SP), responsável pela audiência.

Pelo projeto, do deputado Gilmar Machado (PT-MG), para cobrar *couvert*, o estabelecimento



Waldemir Barreto/Agência Senado

precisa ter firmado contrato de trabalho com o músico, oferecer música ao vivo por ao menos parte do período em que o cliente estiver no estabelecimento e registrar no cardápio informações sobre valor e período da cobrança.

Foram convidados representantes da Secretaria de Direitos do Consumidor, da Confederação Nacional do Turismo e do Fórum Nacional da Música.

Operadoras de telefonia apresentam ao Senado planos de investimentos

As sanções da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) contra as operadoras de telefonia e os planos de investimentos no setor apresentados pelas empresas serão discutidos em audiência nesta quarta-feira. A reunião é uma ação conjunta das comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Meio Ambiente (CMA), para avaliar a situação e a qualidade do serviço o país.



Pedro França/Agência Senado

A iniciativa do encontro foi do presidente da CCT, Eduardo Braga (PMDB-AM, foto), e de Walter Pinheiro (PT-BA).

Foram convidados para a audiência pública o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo; o presidente da Anatel, João Rezende; o diretor executivo do Sinditelebrasil, Eduardo Levy; e a secretária Nacional de Direitos do Consumidor, Juliana Pereira.

Evento no Senado abordará segurança para motociclistas

“Trânsito seguro para motociclistas” é o tema do seminário que será realizado em setembro pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O objetivo é propor mudanças para reduzir os acidentes e estabelecer medidas socioeducativas.

A CAS começou a discutir o assunto na audiência pública realizada em maio a partir da

iniciativa da senadora Ana Amélia (PP-RS), preocupada com a situação dos motociclistas. Na ocasião, os especialistas classificaram de epidemia o crescimento de acidentes com motos no Brasil.

A deficiência no processo de habilitação de motociclistas, o excesso de velocidade, a fadiga resultante de longas jornadas de trabalho, o consumo de

álcool e drogas e a desatenção ao conduzir foram apontados como principais causas de acidentes.

Também foram apresentados dados da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet). Segundo a entidade, a cada seis internações em unidades de terapia intensiva (UTIs) de hospitais públicos, quatro são de vítimas

de acidentes com motos.

O seminário será realizado em 13 de setembro, no Auditório Petrólio Portela do Senado, das 8h às 13h30. Será dividido em dois momentos. O primeiro será destinado a debater a legislação, a fiscalização e a política de segurança. O segundo, a saúde, o processo de habilitação dos condutores e as questões socioeducativas.

Estão convidados representantes do Departamento Nacional de Trânsito, dos sindicatos de motociclistas profissionais, do Ministério do Trabalho, da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, da Associação Médica Brasileira, da Federação Nacional das Autoescolas e Centros de Formação de Condutores e do Ministério da Saúde.